

Folha de S. Paulo

5/10/1984

O rebelde de Guariba

José Gomes da Silva

Uma discutível preocupação está atingindo diversos setores de nosso Estado nesta ante-véspera do encerramento da safra de cana-de-açúcar. Não bastassem as extensas reportagens sobre os incidentes de Guariba, aconteceu ainda a greve dos canavieiros do Nordeste, onde não se sabe o que é mais expressivo — o dramático quarto de milhão de cortadores de cana ou sua fragilidade sócio-econômico. Um resumo desse quadro, em oportuno tom de advertência e informação, foi publicado no último dia 26 por este jornal, sob o título expressivo do "Alarma no Interior de São Paulo".

É esta a segunda vez que a imprensa paulista cumpre o seu dever de informar e advertir sobre a magnitude e a gravidade do problema do trabalhador rural volante, ambas centradas em acontecimentos que tiveram por palco cidades do Interior. A primeira foi nos idos de 1975, quando Mogi Mirim, na Baixa Mogiana, foi denominada capital do "bóia-fria", provocando os protestos dos seus munícipes e governantes, atingidos, na sua opinião, em seus brios de prosperidade e justiça social. Como sempre costuma acontecer, a chamada comunidade científica mobilizou-se também e numerosos artigos logo apareceram, incluindo um livro que é hoje clássico nessa temática. Felizmente, o episódio esgotou-se apenas em oratória, tinta e entre os mortos e feridos, salvaram-se todos.

O caso recente ocorrido na cidade de Jaboticabal e Sertãozinho, centrada em Guariba, foi todavia mais sério, com lamentáveis prejuízos em feridos, uma vida inocente e grandes danos materiais. Novamente os cientistas sociais saíram a campo e deitaram farta falação. Não faltaram as costumeiras interpretações teóricas, tendo como pano de fundo a identificação das raízes sociológicas do episódio e de seus personagens. "Proletário ou camponês?" foi uma das teses mais esgrimidas para tipificar o cortador de cana que, com velocidade e competência inesperadas, conseguiu paralisar fábricas, movimentar autoridades e impor reivindicações. Se de um lado essa relação de trabalho mostra uma característica evidente de assalariamento, doutra parte os mais familiarizados com aquela gente sabiam que os chamados "mineiros" que botaram fogo no prédio da Sabesp são minifundistas na sua origem, tangidos anualmente para São Paulo pela insuficiência de espaço, de renda e de oportunidades nos seus pequenos roçados de Minas e da Bahia. Um estudo recente mostra aliás que essa migração sistemática não ocorre apenas na roça mas também na fábrica, tendo muitas usinas e destilarias o seu viveiro de mão-de-obra sazonal naquelas regiões mais pobres do território brasileiro.

Sem pretender tomar partido na polemização teórica que alimentou aqueles estudos, o importante é concluir que o capitalismo malandro que inventaram no Brasil conseguiu frustrar até a visão secular de Marx: juntar num mesmo personagem a figura do proletário citadino e a do rurícola-camponês. Se isso aumenta ou diminui o seu potencial revolucionário é uma especulação que escapa aos objetivos destes comentários. Mas importante, agora, é analisar o que tem sido proposto para resolver o que constitui, na nossa opinião, o maior problema atual da agricultura paulista.

Um diagnóstico rápido — e não temos espaço para mais do que isso — mostra de um lado a proposta do governo (federal, como sempre) e de outro a posição dos usineiros e fornecedores de cana. O primeiro, através do Ministério do Trabalho, vem insistindo numa proposta que tem inviabilidade operativa já demonstrada e o repúdio das entidades de classe dos trabalhadores. Centra-se na solução paternalista e tangenciadora da Cooperativa de Mão-de-Obra Volante, impingida já em alguns municípios paulistas e ainda vista com entusiasmo pela burocracia

federal. Quem diz dos seus resultados e do seu mérito são os próprios trabalhadores que a designaram de "gatona", numa alusão pitoresca ao "gato", o atual intermediário, também chamado de "turmeiro".

Resta verificar como tem agido os patrões, principalmente os usineiros, donos de destilarias e grandes fornecedores de cana-de-açúcar. Em primeiro lugar, não há como deixar de reconhecer, pela rapidez com que cederam em Guariba, que a maior parte das reclamações dos trabalhadores tinha espaço que poderia ter sido cedido sem necessidade de mortes e incêndios. De outra parte, a obliteração do patronato não é, no caso, menor que a dos homens de Brasília, como tem sido comprovadamente demonstrado.

Desde os episódios de Mogi Mirim até a rebelião de Guariba, os intelectuais cumpriram o seu papel, estudando à exaustão o problema do trabalhador volante em nossa agricultura. Somente na Unesp, a Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu realizou seis reuniões anuais sobre o tema, trazendo gente de todo o Brasil que entendia do assunto, fossem autoridades, estudiosos ou camponeses. A USP, em Ribeirão Preto, encarregou-se de medir a gravidade do problema alimentar e na Unicamp foram detalhadamente analisados os marcos teóricos do fenômeno. Pois bem, apesar de todo esse cabedal de conhecimentos, muitos empresários, entalados na questão, ainda tratam o problema como simples questão da temperatura em que o almoço diário é consumido na sombra do eito. Em algumas reportagens, causa arrepios conhecer os detalhes do feudalismo medieval ainda existente em algumas dessas lavouras e indústrias de grande prosperidade econômica.

Felizmente, o pretexto que já vai-se tornando costumeiro, da antecipação do final da safra e da conseqüente dispensa dos volantes que resultaria do recalque na produção de álcool e açúcar, deixando parte da cana sem colher, já foi afastado mediante um simples ato de rotina administrativa expedido por escalões subalternos da hierarquia federal. Por outro lado, São Pedro está ajudando neste último ano de desacertos da política agrícola federal: já se vê muito algodão nascido, feijão das águas viçoso e bastante terra preparada, mostrando que uma boa chuva basta para derrotar os alarmistas de sempre. Terminada a safra de cana, como tem acontecido no passado, os mineiros voltam para suas sitiocas, nas usinas decentes os cortadores recebem férias, enquanto outros vão parra os cereais ou para a raleação do algodão, carpa do café ou plantio de cana de ano e meio, até começar a redentora apanha de algodão.

Todos esses fatos revelam, de pronto, o artificialismo de uma parte da crise. Restaria apenas prevenir a sua exasperação, enfrentando-a nas suas origens. Para conhecer essas soluções, se houver algum escrúpulo em ouvir os principais interessados (os trabalhadores rurais), basta chamar alguns protagonistas independentes que viveram os episódios de Guariba. Eles conhecem o caminho.

(Primeiro Caderno — Página 11)